BIBLIOGRAFIA

JOSE DE SOUZA MARTINS: *O Cativo da Terra*. São Paulo, Livraria Editora Ciências Humanas, 1ª ed., 1979. 150 p. ilustr.

A partir do estudo do regime de colonato nas fazendas de café, José de Souza Martins analisa um problema de fundamental importância, embora pouco estudado, que é o da “produção capitalista de relações não capitalistas de produção”.

Apoiado em teóricos, como Marx e Rosa de Luxemburg e com base em resultados de pesquisas de campo, o autor demonstra, através do regime de colonato, que o capitalismo engendra e reproduz relações não capitalistas de produção. Contestando a maior parte de trabalhos realizados sobre o tema, que situam o colonato como sendo característico de relação capitalista de produção, ele o coloca apenas como tipo de trabalho livre, definido por relação singular entre fazendeiro e trabalhador, mas que não é de cunho capitalista.

Dentro desta perspectiva de análise, o problema da renda capitalizada surge como ponto fundamental para se compreender a mudança nas relações de produção. Segundo o Autor, a separação entre o trabalhador e a força de trabalho só se concretiza na medida em que o objeto da renda capitalizada passa para a terra. Segundo José de Souza Martins, a terra, no período colonial, não possuía qualquer valor; o principal capital do fazendeiro estava investido no escravo. O escravo era uma forma de renda capitalizada, pois o proprietário investia capital em sua compra e esperava extrair de seu trabalho um rendimento econômico que deveria equivaler aos rendimentos que seu dinheiro lhe daria, se fosse aplicado em outros empreendimentos. As relações de produção entre senhor e escravo estavam baseadas no monopólio do próprio trabalho e o trabalho era regulado pelo lucro de fazendeiro. Além da função da produção, o escravo era utilizado também como fonte de capital, isto é, como base para as hipotecas.

Com a crise do escravismo no século XIX, no entanto, o objeto da renda capitalizada passou do escravo para a terra e, com isso, concretizou-se uma mudança nas relações de produção.

A apropriação capitalista da terra está diretamente relacionada com a substituição da mão-de-obra escrava pela imigrante. Com o fim do tráfico negreiro e, mais tarde, com a abolição, grande impasse se colocava aos proprietários de terra: a grande quantidade de terras disponíveis dificultava a permanência dos imigrantes como mão-de-obra nas fazendas. Este impasse foi solucionado com a Lei de Terras de 1850, que criava condições que garantiriam a continuidade de força de trabalho. Segundo esta lei, as terras devolutas só poderiam ser ocupadas com título de compra. Portanto, o cativo da terra foi a fórmula encontrada para se manter a mão-de-obra.

A passagem do trabalho escravo para o livre não se fez, no entanto, sem tensões; várias tentativas e experiências foram feitas até se chegar ao regime de colonato. O trabalho continuava porém, assumindo a forma de renda capitalizada do fazendeiro, pois este tinha que custear transporte, alimentação e instalação do colono e sua família. Este impasse foi resolvido quando, em 1870, o Estado tomou para si o encargo de subvencionar a imigração. No início, os imigrantes eram conduzidos para as colônias oficiais; depois, foram levados diretamente para as colônias particulares, no interior das fazendas, estabelecendo-se assim o regime de colonato.

Em todo este processo, a intervenção do Estado teve um papel muito importante: de um lado, ao contribuir para a formação do capital do empreendimento cafeeiro, pois o fazendeiro que recebia o imigrante ganhava capital. De outro, ao interferir na valorização da terra, na medida em que, para se ter o imigrante (capital), era necessário expandir a produção cafeeira.

Este regime de colonato se caracterizava pela combinação de diferentes modalidades de relações de produção: produção para mercado externo e produção direta dos meios de vida. O colono e sua família eram contratados por empreitadas. Um determinado número de cafeeiros era atribuído aos seus cuidados e lhes era concedido o direito de utilizar as ruas entre os cafezais para o cultivo de milho e feijão. Além disto, o colono recebia uma quantia em dinheiro, na entrega do café.

É importante notar, no entanto, que não se tratava de simples substituição de mão-de-obra. Era necessário estabelecer novos mecanismos de coerção, de modo que a exploração da força de trabalho fosse considerada legítima.

Uma das formas adotadas foi o estabelecimento de relação não capitalista de produção. Ao lado da produção para o mercado externo, o café, desenvolvia-se a produção de meios de vida. Segundo o autor, o que caracteriza o regime de colonato como um sistema não capitalista de produção é o fato de o colono produzir parte dos seus meios de vida em regime de trabalho familiar, subtraindo assim o seu trabalho às leis de mercado. Por outro lado, a produção de gêneros para si introduzia fartura na casa do colono; daí os rendimentos monetários aparecerem para o colono como secundários. O pagamento em dinheiro não tinha a função de salário, entendida como expressão de igualdade no relacionamento entre patrão e operário (o operário entende que a força de trabalho vendida ao patrão, expressa pelo salário é equivalente aos meios de vida necessários à sua reprodução), e, sim, legítima a relação desigual, pois o trabalho para o fazendeiro revestia o trabalho necessário que era o trabalho para si mesmo.

Por outro lado, a vinculação entre trabalho e propriedade foi a fórmula encontrada para a legitimação ideológica deste tipo de exploração expressa no colonato. A ideologia produzida pela burguesia, ideologia de mobilidade através do trabalho, colocava que o colono deveria ser primeiramente um trabalhador da fazenda para se tornar independente. A autonomia é a base da ideologia do trabalho, pois ela encobre e obscurece o conteúdo da relação entre patrão e operário. Por meio dela, o trabalho

não é considerado como atividade que enriquece o burguês, mas como atividade que cria a riqueza e, ao mesmo tempo, pode libertar o trabalhador da tutela do patrão.

A importância da propriedade capitalista da terra se coloca na medida em que esta garante ao fazendeiro a sujeição do trabalho e, ao mesmo tempo, a exploração não capitalista do trabalhador. Não tendo acesso à terra, o imigrante trabalhava para o fazendeiro; porém, a idéia era de que o trabalhador pagava com o cafezal ao fazendeiro o direito de usar as terras na produção de alimentos.

Na segunda parte do trabalho, o autor coloca os principais problemas apresentados na relação entre café e industrialização, fazendo a crítica dos principais teóricos que estudaram o assunto, como Celso Furtado, Warren Dean e Fernando Henrique Cardoso. José de Souza Martins levanta dois problemas básicos: a idéia de que o papel da indústria teria sido o da substituição de importações e o da consciência burguesa.

Quanto ao primeiro, ele coloca que esta tese está ligada à idéia de um mercado interno vinculado às exportações, porém, sem deixar claro as origens da indústria no Brasil. Segundo ele, a indústria brasileira não surgiu ligada ao comércio de produtos coloniais, mas nos interstícios dessas relações. A indústria nasceu para substituir a pequena produção artesanal. Mais tarde o *Encilhamento* trouxe alterações na escala da produção industrial, quando diversas empresas foram criadas para adquirir pequenas fábricas. E, finalmente, a partir de 1900, com o imposto de consumo, a indústria ganha novo impulso.

Quanto ao problema da consciência burguesa, apoiado na análise de Fernando Henrique Cardoso, o autor admite a possibilidade de estar ligada às transformações estruturais das relações de trabalho na passagem do escravismo para o trabalho livre; porém, não a considera como fator determinante, exclusivo.

Esta obra é de extrema importância, na medida em que, partindo de análise marxista, (ortodoxa, segundo o Autor), retoma um tema fundamental, como o regime de colonato, a partir de perspectiva totalmente nova.

A primeira parte do trabalho é realmente a mais forte da obra, pois na segunda parte, apesar de levantar alguns pontos de extrema importância, o Autor não os aprofunda e tira conclusões a partir de aspectos que não foram colocados na análise. Ele discute os vários teóricos, porém, quando coloca sua tese sobre a origem da industrialização, não a fundamenta satisfatoriamente.

Além disto, não há ligação muito clara entre a primeira e a segunda parte, deixando-nos a impressão de que o Autor simplesmente uniu duas partes independentes às vésperas da publicação.

Flávia R. Borges Pereira

*